

Opere citato

Segundo Tratado de Governo de John Locke: antropologia e política

“O pensamento liberal se regenera no ardil de produzir e reconciliar impossíveis. Propõe universais que o configuram – racionalidade, igualdade, liberdade, justiça – e traz em si a negação desses termos, tendo o poder de manter-se justamente por força dessas antinomias.”

(Maria Sylvia de Carvalho Franco, “All the world was America”, *Revista USP*.)

*Ana Montoia**

Há já certo tempo, reunimos no Curso de Bacharelado em Ciências Sociais da UFPB, alguns alunos e eu, a intenção de dedicarmos esforços à leitura das chamadas obras “clássicas” da teoria política.

“Clássicos”, a medida que as argumentações que se pode encontrar nesses textos ferem ainda nosso modo de pensar o elo político, seu significado ultrapassando as fronteiras de seu tempo. Quer dizer: para aquele desejoso de pensar o político, lemos os clássicos não apenas porque expressam o cabedal de que é feita nossa humanidade (e porque um “clássico” é aquele texto a cujo engenho e arte sempre retornamos), mas porque é neles, acredito, que se pode localizar a gênese (muito mais que as “linhagens”) e ainda a gramática que torna límpida e reconhecível a prosa com que falamos e fazemos agir os princípios que fundam nosso presente.

Professora do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal da Paraíba – UFPB.
(anamontoia@superig.com.br)

Iniciamos então, há três anos, essas reuniões de leituras em torno do *Leviatã*, o texto de 1651 de Thomas Hobbes. A escolha não era nada aleatória: além de evidentemente compor o *corpus* fundante da ciência política, a arquitetura mesma da obra magna da modernidade permitia perfeitamente demonstrar (depois de ter sido maltratada por certo contextualismo “mal-entendido”) que uma teoria política não se concebe sem uma antropologia.

O que considerei, porém, muito mais essencial provocar nessas reuniões quinzenais era uma certa atitude a ser adotada diante do texto, estranhamente de pouco uso, mas que tenho por grandemente virtuosa. Só aceitávamos afirmações a respeito das idéias defendidas por Hobbes respaldadas na *letra* de seu próprio texto, *opere citato*, pois reza a boa norma do trabalho intelectual que a honestidade é a lei das leis, o princípio primeiro. Uma segunda afirma que pensar não é obra de solitários, mas se nutre de trabalhos prévios, às vezes díspares, que cabe cotejar... São as armas do *decorum*. Portanto, o exercício exigia paciência e disciplina e antes de tagarelar tola e a respeito de um Hobbes “representante” do absolutismo inglês (!) ou, para os mais afoitos, precursor dos totalitarismos (!), por favor, *opere citato*...; capítulo, parágrafo, referência, releituras, palavras, indagações, noções, dúvidas, conceitos e comentários deviam ser referidos a cada instante se queríamos mesmo aprender a *ler* um texto. E um bom percurso, parece-me, é exercitar a modéstia e prestar-se à prudência que exige o trabalho no texto: *opere citato*.

Dois anos depois, mantido o diletantismo, passamos a Locke, o *Segundo Tratado do Governo*, de 1690. Dessa vez, ganhos acumulados anteriormente, ao cabo de um ano julgamos que cabia tornar público o modesto exercício. Os textos que seguem são, portanto, o resultado do esforço desse último ano, vindo da atenção o mais possível próxima e o mais possível acurada do texto de Locke. Assim, o procedimento insistiu sempre no recurso à letra do próprio autor. O *Segundo Tratado* foi lido nas edições disponíveis em português (aquela da Martins Fontes, com

tradução de Julio Fisher, é de longe a mais indicada), em compasso com o texto editado por C.B. Macpherson para a Hackett Publishing Company em 1980. É sobre a 'economia' e a 'armadura' do texto lockeano (se correm o risco da repetição, esta tem o mérito de corroborar ou desmentir afirmações, permitindo a crítica) que se debruça cada uma dessas seis contribuições que se dispuseram ao arduo exercício.

O esforço, diga-se, devia enfrentar muitas dificuldades. A mais paralisante era pôr-se em escrita: já não é nada fácil, sabem os que tentam, "ler" um texto, nele buscando retirar respostas ou, melhor, localizar a pergunta-chave, a questão-problema, ali onde tantas vezes o paradoxo ou as antinomias são de rigor. Tarefa ainda mais delicada é enfrentar o desafio da escrita articulada, esboçar idéias que conformam a história mesma do texto: exige estilo e o estilo é um longo aprendizado. Pois o desafio foi encarado, com o brio da boa vontade.

Havia outras ainda, de ordem prática. Se não se deve, evidentemente, ceder ao canto fácil dos manuais preguiçosos, o conhecimento dos abalizados comentadores do texto lockeano é imprescindível a esse gênero de exercício. Foi cumprido muito provisoriamente, eu mesma tentando apresentar as versões distintas e as querelas de interpretação que rondam a compreensão do *Segundo Tratado*. Acontece que a inumerável bibliografia referida à obra de John Locke é praticamente inacessível aos monolíngües. Raros os trabalhos dos especialistas que foram editados no Brasil. Além do exaustivamente repetido (nem sempre apropriadamente) *Individualismo possessivo* de C. B. Macpherson, importante a seu tempo, temos agora, é verdade, a outra linhagem dos estudos históricos (o "contextualismo lingüístico" à la escola de Cambridge) agraciada com recente edição brasileira do livro de Quentin Skinner. Mas perdemos, certamente, em não dispor dos trabalhos da envergadura dos de Leo Strauss, por exemplo, contra os quais se erigiram significativas críticas à "história (filosófica) das idéias", ao modo de um Reinhard Koselleck, propugnando uma história *conceitual* do texto filosófico. A edição praticamente completa entre nós dos textos de

Norberto Bobbio, atento em buscar no panteão dos filósofos do político se não as respostas pelo menos as perguntas pertinentes, facilita a tarefa, embora suas intenções não fossem as nossas. Há, sobretudo, o trabalho iluminador de Louis Dumont, também vertido ao português. E uma boa notícia, dessa última década, mais generosa em investimentos editoriais, foi a tradução do *Dicionário Locke*, organizado por John Yolton, preciosa obra de consulta...

Mas, de John Dunn e de Michael Ayers, dois renomados e copiosos comentadores da obra de Locke, só dispomos de dois pequenos volumes "didáticos", importantes, sem dúvida, mas insuficientes. E continuamos lastimavelmente ignorando os intransponíveis trabalhos de R. Aschcraft e de M. Cranston, ambos grandes biógrafos de Locke, como aqueles de J. Gough, de F. Hayek, de J. Tully, de E. Naert, de S. Goyard-Fabre, de J.-F. Spitz... Tampouco acompanhamos a intensa literatura crítica de trabalhos lockeanos que vêm se avolumando nas revistas especializadas, aos quais nossas bibliotecas (mesmo as "virtuais" e mesmo quando o leitor é alfabetizado em língua estrangeira) não nos dão acesso. Do próprio Locke, autor também do célebre *bill* do *Habeas Corpus* de 1679, não temos traduzidos os *Ensaio sobre a Lei da Natureza*, *A razoabilidade da Cristandade*, nem tampouco o importante, do ponto de vista dos estudos políticos, *Pensamentos sobre a educação*.

Dispomos, ainda, do verbete assinado por Philippe Raynaud no dicionário de *Obras Políticas* organizado por Chatelet, Duhamel e Pisier. Ao lado do "livrinho" de Dunn (volume traduzido da coleção *Past Master's*, da Oxford), ainda é a melhor fonte, em português, para aqueles que buscam uma primeira aproximação ao comentário da obra de John Locke. Conciso, como não poderia deixar de ser um verbete, não concede à vulgata fácil. Anote-se ainda o capítulo dedicado a Locke, contribuição de Maurizio Merlo, na coletânea organizada por Giuseppe Duso, *O poder*, editada em português.

Surpreendente é praticamente a ausência de trabalhos de autores brasileiros, quando se trata de comentar Locke. Há alguns textos

renomados, no caso de Hobbes, outros que se revelam instigantíssimos no trato da obra de Jean-Jacques Rousseau, e mesmo Maquiavel, Spinoza, Smith ou Tocqueville vêm recebendo, no Brasil, a atenção daqueles poucos ocupados com o pensamento político. Sobre Locke, porém, nada. O que conheço que poderia figurar entre os artigos fundamentais à leitura do pensador seiscentista inglês é aquele de Maria Sylvia Carvalho Franco, há anos ocupada em desvendar os fundamentos antropológicos do liberalismo, publicado em 1983 pela *Revista da USP*. Ninguém poderia deixar de reconhecer que é essa a maior contribuição brasileira – o que, claro, não a exime de críticas argumentadas – aos estudos lockeanos.

Mas surpreendente mesmo é que, diante dessa parcimônia bibliográfica (que reflete, sem dúvida, o desinteresse pelo hábito de leitura do texto), prodigaliza-se, ao contrário, “interpretações” do Brasil que teimam em creditar mais ou menos liberalismo à história política brasileira. Incansáveis são os autores que continuam a se debruçar sobre a “falha”, ou a “falta” brasileira, descompasso e carência, espelho invertido, esse eterno “ainda não”, impropriedade de idéias fora do lugar, pouco afeitos que somos, dizem desde o século XIX, aos princípios liberais. Mas sabemos, afinal, quais são esses princípios, se somos ignaros da obra de seus epígonos? Muito alegremente, desfiamos sandices, mais ou menos comedidas, conforme a personalidade do autor, com a candura dos simples. Pudera: somos especialmente refratários (há quem tenha dito que a culpa é do “ecletismo” brasileiro...), a universidade brasileira, ao trabalho miúdo que exige a leitura de um texto e, bastando-nos com frases feitas, nem de longe desconfiamos, por exemplo, que o pensamento político liberal é também uma inquieta reflexão moral. Mais propensos às “originalidades”, somos já intérpretes antes de conhecedores... Ao que parece, o benefício da dúvida não nos angustia...

Nenhum dos trabalhos que seguem pretende ser mais que um exercício de leitura, citação da obra, *opere citato*. Nenhum dos autores tem a intenção, prematura num curso de graduação, de apresentar

qualquer tese relativa ao pensamento de John Locke. Aliás, cada qual, a maioria, trabalha, em suas monografias, com tema próprio do pensamento político brasileiro, e bem perto dos documentos. O resultado final é mais uma teia, tramada no esforço de acompanhar argumentos, articular idéias, justificar interpretações, responder às inconsistências (opor as paixões à sociabilidade liberal não é mesmo um bom fio de interrogação?). Mas equiparam-se todos, bem equipados, com a leitura atenta do texto de Locke (a propriedade de si mesmo – o que implica a liberdade – não é a exata medida do que nos faz, *homo aequalis*, humanos?). Mobilizaram a mente, como se diz, modestamente, que fica assim mais refinada e, mais importante, mais cônica de tudo o que há para ser interrogado, ainda e sempre (a antítese do homem livre, o escravo, não é também a cruel antítese de uma liberdade que se postula contra a vida?). O que os faz certamente mais aptos a reconhecer a gênese também dos paradoxos da modernidade política brasileira ou suas antinomias (o *servant* de Locke, preso no artil da tutela, não corresponde exatamente ao homem livre e pobre brasileiro?) E, com isso, mais prontos a reconhecer as aporias que encerra o pensamento liberal (não é disso que se trata quando, entre natureza e convenção, a igualdade cede ao princípio da liberdade?) e a apontar, talvez, por que são elas que ainda atiram a “flecha no coração do nosso presente” (a “confiança” não nos falta na legitimação dos governantes?). Saberão, espero, sobretudo reconhecer que há bibliotecas e mais bibliotecas a serem consultadas, que as palavras encerram um mundo, e que o mundo é uma teoria das edições humanas, uma permanente remissão, que corrige as anteriores: *opere citato*, desta vez nosso liberal Machado...

O exercício, não mais que um exercício, não é nada simples. Demanda cuidado, certas filigranas em torno de palavras, atenção, generosidade, essas marcas que fazem, ou deveriam fazer, a virtude do trabalho intelectual. O resultado, assim de aparência miúda, aí está e é valioso. Só posso felicitar os autores, pela paciência demonstrada a cada vez que eu pedia mais uma argumentação, pela disposição infatigável a

cada vez que eu, insuportavelmente intransigente, imagino, exigia mais uma citação referendada, pelo empenho a cada vez que o artigo “voltava” para mais uma revisão, e por aceitarem o desafio de publicarem um texto, malgrado todas as minhas reticências iniciais, acolhidos pelo editor da *Caos*, Aécio Amaral, também seu professor. Abriram horizontes passíveis de serem freqüentados. Fico grandemente recompensada e agradeço a cada um por esses anos. Talvez não o saibam, mas nutriram-me.

Ficam agora os textos e o convite: que tal debruçarmo-nos sobre a escrita de John Locke, *opere citato*, e ali recolhermos os argumentos da teoria política liberal, expressa em seus fundamentos por uma determinada concepção daquilo que é propriamente humano, do que move ao elo e do que funda as sociedades políticas? Boa leitura, essa atividade mais que revigorante do mundo acadêmico.